

POMI FRUTAS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pomi Frutas S.A. (Em Recuperação Judicial) (“Companhia”), localizada em Fraiburgo – SC foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

Recuperação judicial

Em 25 de janeiro de 2018, por meio do processo de nº 0300188-72.2018.8.24.0024 a Companhia impetrou seu pedido de recuperação judicial junto à 1ª Vara Cível do foro da Comarca de Fraiburgo – SC), cujo processamento foi deferido pelo juízo recuperacional no mesmo dia.

Em 25 de janeiro de 2018, houve a nomeação do administrador judicial responsável pela Recuperação Judicial da Companhia, tendo sido assinado o termo de compromisso em 1º de fevereiro de 2018.

Em 2 de maio de 2018 a Companhia entregou seu Plano de Recuperação Judicial e teve sua primeira assembleia agendada para 16 de abril de 2019, dada a insuficiência do quórum de instalação, ficou confirmada a realização da AGC em 2ª convocação para o dia 7 de maio de 2019. A Companhia solicitou novo prazo para apresentação de um novo Plano de Recuperação Judicial, prazo concedido pelo juiz responsável. No dia 20/06 foi apresentado um novo plano de recuperação judicial. No dia 03/10/2019 a Companhia peticionou nos autos da Recuperação Judicial requerendo a designação da Assembleia Geral de Credores para o dia 21/01/2020. No dia 22/10/2019 o juízo deferiu a solicitação, autorizando a Assembleia Geral de Credores para a data solicitada.

Conforme mencionado na nota explicativa 34 – Eventos subsequentes, atualmente a Companhia aguarda os desfechos quanto ao efeito suspensivo liminar que suspendeu o pedido de falência da Companhia e sua controlada, protocolado em 18 de fevereiro de 2020 pelo Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Fraiburgo/SC.

No dia 3 de março de 2020, a Companhia tomou conhecimento de decisão proferida pelo relator do Agravo de Instrumento, distribuído à Segunda Câmara de Direito Comercial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por meio da qual foi deferida a concessão de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento (“Decisão de Suspensão”)

2. CONTROLADA

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as Demonstrações Financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas, foram utilizadas Demonstrações Financeiras encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e também conforme os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC").

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das informações financeiras intermediárias e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 25 de março de 2020.

3.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: clientes, tributos a recuperar, imobilizado, provisão para contingências, provisão para preço mínimo de ações e provisão para contingências.

4. PRINCIPAIS DE POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela empresa investida da Companhia.

4.1. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2. APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

4.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A mensuração de ativos e passivos financeiros da companhia são inicialmente mensurados a valor justo por meio do resultado. Conforme CPC 48/ IFRS 9.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. Os ativos financeiros são mensurados conforme descrito a seguir:

- *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e sua controlada gerenciam esses investimentos e tomam decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- *Ativos financeiros registrados ao custo amortizado*

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

I - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

II - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

Passivos financeiros

▪ *Passivos financeiros ao custo amortizado*

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos, fornecedores, credores por aquisição de imóveis, e outras contas a pagar, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

▪ *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

▪ *Hedge Accounting*

A Companhia não adota a prática contábil de Hedge Accounting.

4.4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019.

Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia e suas controladas não adotaram as normas abaixo relacionadas:

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

Normas adotadas a partir de 1º de janeiro de 2019

ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 trata de aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia analisou decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia. Para posições fiscais incertas conhecidas a Companhia revisou as opiniões legais correspondentes a jurisprudências. e, não identificou impactos a serem registrados, uma vez que concluiu não ser provável que as autoridades fiscais não aceitem as posições adotadas. Portanto, em 31 de dezembro de 2019, não houve impactos nas informações financeiras da Companhia.

CPC 06(R2) / IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A norma sobre Operações de arrendamento mercantil – CPC 06 (R2) (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia conduziu uma revisão de seus contratos avaliou que não possui atualmente arrendamentos enquadrados no escopo da norma contábil em questão. Dessa forma, não houve necessidade de ajustes à essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em caso de arrendamentos futuros enquadrados no escopo desta norma, a Companhia optará pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição a partir de 1º de janeiro de 2019, com efeitos prospectivos, portanto, os períodos comparativos, quando aplicável, não serão representados.

4.5. CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido (passivo a descoberto).

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando incorridos, são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

4.6. CONTAS A RECEBER

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.

4.7. ESTOQUES

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Todos os custos de produção incorridos na formação dos estoques, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem), são agregados ao estoque e baixados conforme sua venda mensal.

4.8. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

Até o 3º trimestre de 2018, a Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a baixa integral de referida reserva.

Os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

4.9. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.10. INTANGÍVEL

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperáveis acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

4.11. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.12. AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários do circulante é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial).

4.14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das informações financeiras intermediárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Pelo fato de a Companhia estar enquadrada no ramo de “atividade rural”, ela faz jus ao direito de compensar 100% de seus resultados tributáveis com prejuízos fiscais oriundos da atividade rural. O lucro advindo de atividade “não rural, operacional ou não” deve ser compensado no limite de 30%, conforme RIR/99.

4.15. LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação” no encerramento de cada exercício.

4.16. DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.17. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo.

Atualmente a Companhia e sua controlada operam em um único segmento que é o cultivo e a venda de maçãs.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Cirulante				
Caixa	1	2	3	3
Banco conta movimento	77	1	115	23
Aplicação Financeira	-	-	24	-
	<u>78</u>	<u>3</u>	<u>142</u>	<u>26</u>

6. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Duplicatas a receber	323	471	788	1.060
Provisão para crédito de liquidação	(323)	(469)	(788)	(1.038)
	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>22</u>

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
A vencer	-	-	0	4
Vencidas				
Até 30 dias	-	-	0	3
31 a 60 dias	-	1	-	4
61 a 90 dias	-	2	-	5
91 a 180 dias	-	2	-	11
a mais de 180 dias	323	466	788	1.033
	<u>323</u>	<u>471</u>	<u>788</u>	<u>1.060</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/dez/18	31/12/2019	31/dez/18
Saldo inicial	(469)	(485)	(1.038)	(1.174)
Adições	-	(140)	-	(685)
Recuperações	146	156	250	821
	<u>(323)</u>	<u>(469)</u>	<u>(788)</u>	<u>(1.038)</u>

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é a melhor estimativa que a Companhia possui, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota. Dessa forma, a Companhia considera como “possível perda” os títulos vencidos acima de 90 dias.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Produtos em formação (safra da maçã)	1.673	1.620	1.673	1.620
Material consumo e reposição	681	749	701	772
(-) Provisão para perda estoque	(70)	-	(70)	-
	<u>2.284</u>	<u>2.369</u>	<u>2.304</u>	<u>2.392</u>

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa

básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial, passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia revisou a expectativa de realização de seus estoques e constituição provisão para perdas no montante de R\$70 mil referente a itens obsoletos ou de baixo giro.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Circulante				
Cofins	-	-	-	238
IRPJ	-	133	16	148
PIS	-	-	-	58
CSLL	-	47	9	56
Contribuição social sobre lucro	-	3	-	3
	<u>-</u>	<u>183</u>	<u>25</u>	<u>503</u>
Não Circulante				
Cofins	1.755	1.987	1.901	3.620
Pis	524	583	551	897
(-) Provisão de glosas	(342)	(797)	(368)	(1.452)
	<u>1.937</u>	<u>1.773</u>	<u>2.084</u>	<u>3.065</u>

Os montantes de PIS e COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades operacionais da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal.

Em 20 de agosto de 2019, a controladora Pomifrai Fruticultura S.A, foi ressarcida, com R\$2.050, referente aos Créditos de PIS e COFINS apurados em períodos anteriores sendo que este montante, na sua totalidade, não sofreu glosas por parte da receita. Em decorrência deste evento, ao constituir provisão para perdas/glosas correspondente aos créditos em processo de homologação, foram reconsideradas para 15% tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

9. ADIANTAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Adiantamento a fornecedores	3.934	3.690	3.941	3.761
Adiantamento de férias	10	2	10	2
Adiantamento a funcionários	33	12	33	12
Provisão para perdas	(3.557)	(3.676)	(3.564)	(3.747)
	<u>420</u>	<u>28</u>	<u>420</u>	<u>28</u>

10. ALIENAÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Circulante				
Área de 230,41 hectares	-	140	-	140
	-	140	-	140
Não Circulante				
Área de 336,14 hectares	1.800	1.800	3.700	3.700
Provisão para perdas	(1.799)	(1.799)	(3.698)	(3.698)
	1	1	2	2

Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores. Os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados à lavratura das escrituras.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia revisou a expectativa de realização desses ativos e optou por constituir provisão para perdas nos montantes de R\$1.799 na controladora e R\$3.698 no consolidado, uma vez que, esses ativos estão vinculados a credores da Companhia que foram incluídos em seu plano de recuperação judicial. Assim, a possibilidade de realização de tais ativos por eventual encontro de contas com os passivos devidos a esses credores passou a ser remota.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia revisou a expectativa de realização dos saldos remanescentes a receber e realizou a baixa do montante de R\$140 mil referente à área de 230,41 hectares que não fora recebida até o encerramento das demonstrações financeiras.

11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Circulante				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	-	-	167
	-	-	-	167
Não Circulante				
Custo de arrendamentos a apropriar	-	-	-	625
	-	-	-	625

No 1º trimestre de 2019, a Companhia encerrou contrato de arrendamento a pagar que mantinha em seu passivo, liquidando também sua obrigação de despesas a apropriar.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Contribuição Social Rural	-	-	930	930
Depósitos Judiciais CVM	118	117	117	117
	118	117	1.047	1.047

Contribuição social rural

Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia discute judicialmente a contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do artigo 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001.

Em resumo, a Companhia discute o direito de inexigibilidade de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras, apenas na controlada Pomifrai.

Depósitos judiciais – CVM

Referem-se a bloqueios judiciais de multas da CVM que estão sendo discutidos pela Companhia.

13. PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS

O saldo de R\$2.695 (R\$8.037 em 2018) registrado na controladora na rubrica “Provisão para perdas em investimentos” se refere à participação de 100% no capital da controlada Pomifrai Fruticultura S.A. Em atendimento ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, a Companhia avalia este investimento pelo método de equivalência patrimonial.

No período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu um resultado positivo de equivalência patrimonial no montante de R\$5.348 (R\$ 4.837 negativo em dezembro de 2018).

14. IMOBILIZADO

Controladora

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação	Residual
	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/19	31/dez/19	31/dez/19
Imobilizado Próprio em Operação	1.316	42	-	(214)	1.144
Benfeitorias	303	-	-	(54)	249
Máquinas e Equipamentos	958	15	-	(143)	830
Veículos e Tratores	10	25	-	(1)	34
Móveis e Utensílios	45	2	-	(16)	31
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	25	-	-	(1)	24
Vestiário/Banheiros Vacaria	25	-	-	(1)	24
Reavaliações	1	48	-	-	49
Terrenos	-	48	-	-	48
Culturas Permanentes	1	-	-	-	1
	<u>1.342</u>	<u>90</u>	<u>-</u>	<u>(215)</u>	<u>1.217</u>

Consolidado

	Saldo	Adições	Baixas	Depreciação	Residual
	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/19	31/dez/19	31/dez/19
Imobilizado Próprio em Operação	11.393	42	(132)	(324)	10.979
Terrenos	64	-	-	-	64
Edificações	6.433	-	(59)	(120)	6.254
Benfeitorias	782	-	-	(39)	743
Culturas Permanentes	337	-	-	(11)	326
Maquinas e Equipamentos	3.697	15	(65)	(146)	3.501
Veículos e Tratores	21	25	(8)	(1)	37
Móveis e Utensílios	59	2	-	(7)	54
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	25	-	-	-	25
Vestiário/Banheiros Vacaria	25	-	-	-	25
Imobilizações em andamento	114	-	-	-	114
Florestas em formação	114	-	-	-	114
Reavaliações	1	48	-	-	49
Terrenos	-	48	-	-	48
Culturas Permanentes	1	-	-	-	1
Ajuste Patrimonial	15.967	-	(44)	(491)	15.432
Terrenos	568	-	-	-	568
Edificações	1.611	-	(13)	(37)	1.561
Maquinas e Equipamentos	3.698	-	(12)	(248)	3.438
Câmaras Frigoríficas	10.037	-	-	(204)	9.833
Veículos e Tratores	48	-	(19)	(2)	27
Móveis e Utensílios	5	-	-	-	5
	<u>27.500</u>	<u>90</u>	<u>(176)</u>	<u>(815)</u>	<u>26.599</u>

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Circulante				
Obrigações de parceria rural - Pomifrai	869	555	-	-
Fornecedores matriz	277	645	306	929
Fornecedores RJ	3.353	2.496	3.995	2.770
Fornecedores - empréstimos de mercadorias	-	-	4	4
	<u>4.499</u>	<u>3.696</u>	<u>4.305</u>	<u>3.703</u>

Parceria rural com a controlada

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objetos do contrato de parceria rural. Referido contrato foi renovado em outubro de 2015, com prazo de duração indeterminado.

Ajustes e acertos contábeis decorrentes do plano de recuperação judicial

Com base nos posicionamentos emitidos pelo administrador do plano de recuperação judicial, a Companhia vem realizando diversos ajustes contábeis em seus passivos, os quais decorrem principalmente de novos pedidos de habilitação de créditos no referido plano. Esses ajustes estão sendo realizados com o objetivo de apresentar os passivos da Companhia em conformidade com os controles apresentados pelo administrador da Recuperação Judicial. Dessa forma, os passivos de fornecedores tiveram aumentos significativos ao longo do exercício encerrado.

16. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa anual contrato	Controladora		Consolidado	
		31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Instituições Financeiras					
Circulante					
BRDE - Renegociação RJ	TR	2.762	484	16.181	38.973
BRDE - Renegociação		-	-	31.557	-
Duplicatas Descontadas/ Sifra	Mercado	-	-	7	-
Saldo Bancario Devedora	NT	-	2	-	8
FIDIC'S		-	1.200	-	1.200
B. Daycoval S/A	CDI	2.123	2	2.123	2
B. Daycoval S/A	CDI	36	37	36	37
Fidc Empirica SIFRA RJ		2.038	2.038	2.038	2.038
B.Daycoval S/A		-	2.121	-	2.121
		<u>6.959</u>	<u>5.884</u>	<u>51.942</u>	<u>44.378</u>
Não Circulante					
BRDE - Renegociação	TR	-	-	-	2.608
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.608</u>

Conforme demonstrado no quadro acima, em 31 de dezembro de 2019, os saldos de empréstimos e financiamentos foram todos reclassificados para o passivo circulante devido aos seus prazos de vencimento. Os débitos bancários que foram habilitados pelos credores da recuperação judicial não estão sofrendo atualizações monetárias, enquanto os débitos não habilitados permanecem sendo atualizados monetariamente de acordo com as premissas anteriormente pactuadas.

O aumento nos débitos a pagar junto ao BRDE é reflexo do reconhecimento de atualizações monetárias, assim como pelo reconhecimento de débito adicional que foi habilitado no plano de recuperação judicial.

17. FINANCIAMENTOS PESA

Controladora

Pomi Frutas S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	31/dez/19	31/dez/19	31/dez/19	31/dez/18
BANCO DO BRASIL S/A 95/000181	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2019	-	-	-	171
BRADESCO 2000/80	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2020	7.338	6.593	745	1.698
BANCO DO BRASIL - BESC CRPH-91	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	8.455	6.144	2.311	3.227
BANCO BRASIL - BESC S/A CRPH 72	Imóveis	IGPM + 3%	2025	44	-	44	69
BANCO DO BRASIL - BESC CRPH-91 - RJ	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	277	-	277	-
BANCO BRASIL - BESC S/A CRPH 72 - RJ	Imóveis	IGPM + 3%	2025	7	-	7	-
BRDE 2.1163301-8 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	10.464	9.681	783	2.013
BRDE 10771 Finame - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	108	105	3	17
BRDE 10378 Finame - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	108	105	3	17
TOTAL				26.801	22.628	4.173	7.212

Controlada

Pomifrai Fruticultura S/A	Garantias	Taxa Anual	Vencimento	Financiamento	CTN	Líquido	Líquido
Instituições Financeiras		Contrato	Final	31/dez/19	31/dez/19	31/dez/19	31/dez/18
BANCO DO BRASIL - BESC 549700242	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	10.593	8.025	2.568	3.942
BADESC 93084-100-0	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2018	-	-	-	-
BANCO DO BRASIL - BESC 549700242 - RJ	Imóveis	IGPM+ 4,57%	2022	218	-	218	-
BRDE 7691 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2020	18.042	17.492	550	2.793
BRDE 10.988/13615-02 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2022	5.407	3.932	1.475	1.927
BRDE 10989/13615-01 - PESA	Imóveis	IGPM + 3%	2022	7.873	5.743	2.130	2.791
TOTAL				42.133	35.192	6.941	11.453
Total Consolidado				68.934	57.820	11.114	18.665

18. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Circulante				
Salário	204	189	204	189
Rescisão	17	76	17	76
FGTS	536	158	536	159
INSS	62	128	62	128
Provisão 13º Sal. E Férias	385	292	393	300
	1.204	843	1.212	852

19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS – PARCELAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Circulante				
Parcelamento INSS	71	42	71	42
Salários e enc sociais RJ	6.018	4.974	6.204	5.085
	<u>6.089</u>	<u>5.016</u>	<u>6.275</u>	<u>5.127</u>
Não circulante				
Parcelamento INSS	114	93	114	93
	<u>114</u>	<u>93</u>	<u>114</u>	<u>93</u>

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PARCELAMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Circulante				
ICMS	58	52	58	52
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RURAL	60	60	60	60
ISS/IPTU	47	63	47	63
	<u>165</u>	<u>175</u>	<u>165</u>	<u>175</u>
Não circulante				
ICMS	337	327	337	327
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RURAL	83	145	83	145
ISS/IPTU	29	-	29	-
	<u>448</u>	<u>472</u>	<u>448</u>	<u>472</u>

Débitos migrados para programas de parcelamentos

Em abril de 2017, com base na Instrução Normativa nº 1.687/17, a Companhia e sua controlada aderiram ao Programa de Regularização Tributária – Débitos Previdenciários, migrando seus débitos de INSS que estavam parcelados em outros programas. De acordo com as condições do “PRT”.

Nesta adesão, foi reconhecido os benefícios relativos à inclusão no parcelamento previsto em lei, que se refere, substancialmente, à possibilidade de abatimento integral da dívida previdenciária com a utilização de prejuízos fiscais e base negativa do imposto de renda.

21. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Pomifrai Fruticultura S.A. (a)	32.908	27.606	-	-
Débitos com acionistas	666	438	1.375	949
Mútuo com diretores	-	2	-	374
Partes Relacionadas RJ	2.979	2.994	3.045	3.045
	<u>36.553</u>	<u>31.040</u>	<u>4.420</u>	<u>4.368</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativo às operações com Partes Relacionadas decorrem, substancialmente, de transações entre a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

(a) Pomifrai Fruticultura S.A.

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. com a finalidade de viabilizar suas operações. Nessas operações, não há cobrança de encargos financeiros sobre o saldo, bem como, não foi firmado prazo para liquidação dessas obrigações. Referidas movimentações são eliminadas para fins de consolidação.

(b) Débitos com acionistas e Partes relacionadas – R.J

Ao longo dos exercícios de 2016 e 2017, foram celebrados contratos de mútuo com o acionista controlador. Referidos débitos são atualizados com juros equivalente a 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Remuneração dos administradores

De acordo com a lei das Sociedades por ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela lei nº11.638/07, e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas em Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração global dos Administradores (diretores e conselheiros) no período soma R\$ 1.140.781, e está em conformidade com o limite anual aprovado no estatuto social da companhia.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Circulante				
Arrendamentos	319	179	329	356
Processos a Pagar	16	16	16	16
Litígio CAM	760	760	760	760
Outros (a)	406	1.167	568	1.167
Outros RJ(b)	5.063	410	9.094	431
	<u>6.564</u>	<u>2.532</u>	<u>10.767</u>	<u>2.730</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Não Circulante				
Valores a Pagar	-	4.000	-	7.540
Arrendamentos	-	-	-	1.334
	<u>-</u>	<u>4.000</u>	<u>-</u>	<u>8.874</u>

- (a) Refere-se a débitos junto a prestadores de serviços constituídos em exercícios anteriores, os quais são objeto de discussões judiciais em andamento.
- (b) Saldos referentes a distratos e arrendamentos a pagar de exercícios anteriores. No 1º trimestre de 2019, houve o pedido para que tais débitos fossem habilitados na Recuperação Judicial. Dessa forma, a Companhia reconheceu esses passivos em conformidade com os valores apresentados pelo administrador judicial, e reclassificou essa obrigação integralmente para o passivo circulante.

23. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Contingências trabalhistas	21	136	21	140
Contingências cíveis	489	580	626	720
Contingências tributárias	691	653	691	653
	<u>1.201</u>	<u>1.369</u>	<u>1.338</u>	<u>1.513</u>

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas, cíveis e tributárias. Em 31 de dezembro de 2019, existe o montante de R\$ 18.483 mil no consolidado em contingências (probabilidade de perda possível), além dos processos provisionados demonstrados.

23.1. Contingências trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para registro de perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos. A seguir, demonstramos a abertura dos saldos:

Contingências Trabalhistas	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/18	136	140
Reversões	(115)	(119)
Saldo em 31/12/19	<u>21</u>	<u>21</u>

23.2. Contingências cíveis

<u>Contingências Cíveis</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/18	580	720
Constituição	(91)	(93)
Saldo em 31/12/19	<u>489</u>	<u>627</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a controladora é parte em 25 ações cíveis (17 possíveis, 3 remotas, 5 provável).

23.3. Contingências tributárias

<u>Contingências Tributárias</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/18	653	653
Constituição	38	38
Saldo em 31/12/19	<u>691</u>	<u>691</u>

As provisões para contingências tributárias foram constituídas referente atuação da CVM e demais ações judiciais desta natureza.

24. PASSIVO A DESCOBERTO

24.1. Capital social (em R\$)

Em 29 de novembro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do §1º do Artigo 5º de seu Estatuto Social, no valor de até R\$ 4.586.298,00 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e noventa e oito reais), mediante a emissão para subscrição privada de até 3.057.532 (três milhões, cinquenta e sete mil, quinhentas e trinta e duas) novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas escriturais e sem valor nominal. Até 30 de setembro de 2017 foram subscritas 64.168 (sessenta e quatro mil, cento e sessenta e oito) novas ações novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,50 (um Real e cinquenta centavos) por ação, totalizando o valor de R\$96.252,00 (noventa e seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais). Dessa forma, o capital social da Companhia em 31 de dezembro 2019 é de R\$142.812.954,05 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e doze mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e cinco centavos), representado por 12.006.636 (doze milhões, seis mil, seiscentas e trinta e seis) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal.

Em setembro de 2019, foi agrupado as 12.006.636 (doze milhões, seis mil, seiscentas e trinta e seis) de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Grupamento") na proporção de 6 (seis) para 01 (uma) ação da mesma espécie, sem modificação do capital social nos termos do artigo 12 da LSA. Desse modo, após a consumação do Grupamento, o capital social da Companhia permanecerá no montante de R\$ 142.812.954,05 (cento e quarenta e dois milhões, oitocentos e doze mil e novecentos e cinquenta e quatro reais e cinco centavos), dividido em 2.001.106 (dois milhões, um mil, cento e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O Grupamento é realizado em atenção à determinação exarada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, tendo em vista o desenquadramento da cotação das ações da Companhia em relação ao valor mínimo previsto no Manual do Emissor.

24.2. Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006. Referida amortização foi integralmente concluída em 2018.

24.3. Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será realizada, quando aplicável, na forma da Lei nº 9.249/95.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

26. LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Venda de mercadorias	615	203	8.781	4.220
Venda de mercadorias - exportação	-	938	-	939
Venda de serviços	2	70	1.058	77
Receita bruta	617	1.211	9.839	5.236
Devoluções e abatimentos	-	-	(149)	-
Impostos	(16)	(19)	(145)	(20)
Deduções	(16)	(19)	(294)	(20)
RECEITA LÍQUIDA	601	1.192	9.545	5.216
Custo das mercadorias e serviços	(575)	(2.075)	(6.754)	(8.810)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO	26	(883)	2.791	(3.594)

O significativo aumento apresentado nas rubricas do quadro acima é reflexo, principalmente, do plano de reestruturação da Companhia, que visa adequar suas operações à sua real situação econômico/financeira, bem como repactuar obrigações com seus credores, por meio do pedido de recuperação judicial comentado na nota explicativa nº1.

27. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Custos e gastos com pessoal	(2.775)	(1.659)	(2.772)	(1.687)
Consultorias, auditorias e assessorias	(191)	(217)	(242)	(219)
Despesas legais	(280)	(408)	(293)	(422)
Insumos e manutenção	(16)	(20)	(58)	(34)
Tributos federais, estaduais e municipais	(103)	(356)	(119)	(796)
Multas e Juros sobre tributos	(14)	-	(14)	-
Despesas com viagens	(148)	(181)	(148)	(183)
Serviço terceiros	(41)	(161)	(59)	(195)
Serviço terceiros advocatícios	(865)	(995)	(866)	(995)
Depreciação e amortização	(12)	(18)	(25)	(33)
Fretes e carretos	-	-	-	-
Mensalidades e Anuidades	(153)	(110)	(159)	(153)
Constituição e Provisão Adto Fornecedores	118	(214)	183	(412)
Avisos e Publicações	(13)	(68)	(13)	(68)
Outros	(305)	(203)	(332)	(226)
	<u>(4.798)</u>	<u>(4.610)</u>	<u>(4.917)</u>	<u>(5.423)</u>

28. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Reversão (constituição) de provisões com glosas	455	49	1.069	49
Recuperação de despesas(iii)	2.086	4	4.346	190
Provisão processos produtores 2017/2018 (i)	-	220	-	220
Venda/Baixa de Imobilizado	38	794	219	937
Outras	(4.621)	(1.015)	(5.032)	(3.269)
	<u>(2.042)</u>	<u>52</u>	<u>602</u>	<u>(1.873)</u>

(i) A rubrica “Provisão para processos com produtores” reflete a atualização da provisão para perdas, ocorridas nos adiantamentos a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos de fomento da safra. A Companhia está tomando as medidas cabíveis para recuperação dos valores pelo não cumprimento dos instrumentos Particulares de Contrato de Compra e Venda de Maçãs da Safra 2017/2018, entretanto, conservadoramente, foi constituída provisão para perdas considerada suficiente para cobrir possíveis perdas.

(ii) Refere-se a passivos reconhecidos, conforme posição atualizada disponibilizada pelo administrador judicial. A maior parte deste montante se refere a débitos informados pelo BRDE e débitos junto a outros fornecedores que solicitaram a habilitação de créditos na recuperação judicial.

Em 17 de setembro de 2019, a Pomi Frutas S/A recebeu do Governo do Estado de Santa Catarina o valor de R\$ 1.388 oriundo de precatório do Governo do Estado resultado de uma ação ganha referente ao ICMS pago indevido em 1989 sobre as exportações e operações interestaduais.

29. RESULTADO FINANCEIRO LIQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Resultado financeiro PESA				
<u>Receitas Financeiras - PESA</u>				
Variações monetária e juros CTN	4.935	6.380	13.579	15.494
	<u>4.935</u>	<u>6.380</u>	<u>13.579</u>	<u>15.494</u>
<u>Despesas Financeiras - PESA</u>				
Variações monetárias e juros PESA	(2.215)	(5.736)	(6.671)	(9.411)
	<u>(2.215)</u>	<u>(5.736)</u>	<u>(6.671)</u>	<u>(9.411)</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/dez/19	31/dez/18	31/dez/19	31/dez/18
Outros resultados financeiros				
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros ativos	-	12	-	15
Variações cambiais ativas	-	-	-	(0)
Outras receitas financeiras	14	59	19	60
	<u>14</u>	<u>71</u>	<u>19</u>	<u>75</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros com financiamentos	-	(651)	(3.879)	(2.732)
Juros passivos	(90)	(240)	(165)	(246)
Despesas descontos duplicatas	(2)	(16)	(62)	(126)
Outras despesas financeiras	(226)	(28)	(487)	(3.084)
	<u>(318)</u>	<u>(935)</u>	<u>(4.593)</u>	<u>(6.188)</u>
Total Liquido	<u>2.416</u>	<u>(220)</u>	<u>2.334</u>	<u>(30)</u>

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito, inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

Risco cambial

A Companhia registrou exportações no passado, cujos destinos foram Europa e Ásia, expondo assim suas operações ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados à moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

Risco de crédito

As vendas a prazo estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados nas notas explicativas nº 16 e 17. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

Derivativos e operações de hedge

A Companhia não possui derivativos contratados e operações de hedge.

31. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

<u>Ramo</u>	<u>Cobertura por evento</u>	<u>controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Vigência Final</u>
Funcionários	Acidentes com DMHO	61.000	61.000	31/10/2022
Agrícola	Granizo	2.912.256	2.912.256	31/05/2020

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, veículos) foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.

32. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Edgar Rafael Safdie - Presidente
Rogerio Pereira de Oliveira
Doris Beatriz França Wilhelm
Gelmir Antonio Bahr

O limite anual de remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da companhia, será de até R\$ 1.455 mil para membros da diretoria e R\$ 200 mil para membros do conselho de administração. Em 2019 houve pagamento de gratificação no montante de R\$ 258 mil.

33. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADEÇÃO À CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM'), na data de 29/10/2015

O pleito da Companhia era: (i) o reconhecimento da eficácia da reconsideração, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2015, (i.a) da aprovação das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidade da aprovação pelo conselho de administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomi Frutas relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidade de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomi Frutas com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomi Frutas pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.

O Processo foi encerrado dia 19 de dezembro de 2018. A despeito do disposto nos artigos 30 e 109, § 1º, da Lei nº 6.404/76, bem como nas Instruções CVM nº 10/1980 e 390/2003, a Câmara de Arbitragem do Mercado considerou válida a garantia de preço mínimo estabelecida no Acordo de Incorporação celebrado em dezembro de 2009 pela administração à época. Com isso, apenas 2 (dois) acionistas foram beneficiados em detrimento de todos os demais, já que a garantia de preço mínimo funciona como uma “opção de venda” outorgada a tais acionistas contra a Companhia (em violação à legislação em vigor, na opinião da administração e seus assessores jurídicos).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia considera que todos os passivos decorrentes desta questão encontram-se devidamente provisionados e reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 18 de fevereiro de 2020, o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Fraiburgo/SC havia prolatado sentença por meio da qual decretou a falência da Companhia e de sua controlada Pomifrai Fruticultura S/A – em recuperação judicial, no âmbito do Processo nº 0300188-72.2018.8.24.0024 (“Processo de Recuperação Judicial” e “Decisão”).

Conforme antecipado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 18 de fevereiro de 2020, a Companhia interpôs o Agravo de Instrumento nº 4001772-86.2020.8.24.0000, em 21 de fevereiro de 2020, com pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso, de modo a suspender liminarmente os efeitos da Decisão (“Agravo de Instrumento”).

No dia 3 de março de 2020, a Companhia tomou conhecimento de decisão proferida pelo relator do Agravo de Instrumento, distribuído à Segunda Câmara de Direito Comercial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, por meio da qual foi deferida a concessão de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento (“Decisão de Suspensão”). Nos termos da Decisão de Suspensão, “a suspensão dos efeitos da falência” apresenta-se como medida de precaução para evitar prejuízos irreparáveis às sociedades recuperandas, aos seus trabalhadores, ao Fisco, aos consumidores de seus produtos e mesmos aos próprios credores, os quais aumentarão as chances de receberem seus créditos na hipótese de logro da recuperação.

A Decisão de Suspensão ainda ressaltou que “os autos indicam, minimamente, a probabilidade de sucesso das agravantes no soerguimento, com possibilidade de mitigação dos requisitos do ‘cram down’, a recomendar o óbice temporário à decretação da falência, ao menos até a apreciação final deste inconformismo”.

Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, emitiu o OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020, no qual destaca a importância de as Companhias abertas considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis. Na data da emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia e suas controladas não vislumbram riscos à continuidade de seus negócios. Não é possível mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do COVID-19.
